

# O impacto da COVID-19 sobre o sector informal em São Tomé e Príncipe



**Dezembro de 2020**



- O impacto negativo da pandemia de Covid-19 sobre os negócios aumentou a pobreza para cerca de 50% das famílias no setor informal - a diminuição de frequência de clientes e obrigação de encerramento e redução de horários impostos pelas autoridades foram as medidas que tiveram maior impacto nos negócios informais.
- Oitenta e seis por cento dos negócios informais entrevistados reportaram uma redução de vendas entre março de 2019 e março de 2020.
- A redução de volume de negócio, número de clientes e lucro foi sentida por todo o país significativamente, mas esses efeitos foram mais fortes nas zonas urbanas. O mesmo aconteceu em relação a reduções no rendimento pago aos trabalhadores.
- A principal razão por trás das alterações nas actividades das empresas informais foi o toque de recolher obrigatório (40.8%) seguido por uma redução procura por parte do cliente (32.7%).
- A maioria dos negócios informais espera retomar as actividades no período posterior à Covid-19. As razões mais fortes para a decisão de não retoma das actividades são a contração da procura (34.1%) e a falta de meios para financiar a retomada (38.5%).

## 1.Introdução

### 1.1. Contexto e justificação do estudo

O Instituto Nacional de Estatística (INE), em colaboração com o Sistema das Nações Unidas e o Banco Mundial, iniciou um estudo sobre as consequências da pandemia do coronavírus (Covid- 19) nas empresas informais são-tomenses.

Depois do surgimento dos primeiros casos de Covid-19, o país adoptou uma serie de medidas com vista a travar a propagação da pandemia.

Foi decretado o recolher obrigatório, o encerramento do espaço aéreo, o encerramento de todos os estabelecimentos escolares e de restauração. Tais medidas tiveram efeitos sobre a atividade económica de uma maneira geral e a do sector informal em particular.

O sector informal joga um papel importante na economia são-tomense e como fonte de rendimento das famílias. Face às medidas adoptadas para conter a pandemia da Covid-19, e tendo em conta a importância do sector informal na economia de São Tomé e Príncipe, tornou-se necessário dispor de informações estatísticas que permitam medir o impacto sobre as atividades informais. Assim, o objectivo geral deste estudo é de avaliar o impacto da crise sanitária da Covid-19 sobre as actividades do sector informal em Sao Tomé e Principe.

## 1.2. Sobre o Inquérito

O inquérito surge para compreender melhor o âmbito e a escala da crise. Os decisores políticos precisam de dados sobre os impactos da covid-19 na saúde e na economia.

A Covid-19 tem dificultado a recolha de dados nos dias de hoje. Antes da pandemia, os inquéritos presenciais eram o método preferido para recolher dados relevantes em termos de política. Entretanto, durante esta pandemia, os inquéritos presenciais já não são, em grande medida, possíveis. No entanto, a recolha de dados atempados e relevantes em termos de política é agora mais importante do que nunca.

A presente operação estatística foi realizada para dar resposta rápida aos efeitos da crise sanitária. Para o efeito, utilizou-se um sistema de entrevista/inquérito telefónico através do computador (CATI) que cumpre os seguintes requisitos:

- ✓ Familiaridade para os entrevistadores
- ✓ Necessidades de formação reduzidas
- ✓ Baixos requisitos de TI
- ✓ Instalação e implantação rápida
- ✓ Extensibilidade

Um inquérito aos agregados familiares foi feito através de chamadas telefónicas dirigidas aos residentes em alojamentos familiares de residência principal como descrito no Quadro 1. Para os participantes do inquérito de agregados familiares que informaram ter uma empresa informal, uma secção de perguntas sobre a empresas informais foi incluída na entrevista. As unidades da produção informal (UPI) integram trabalhadores que reúnem as seguintes condições: (1) não estão registados na Direcção dos Impostos, isto é não possuem o número de identificação fiscal (NIF) e (2) cuja a produção de bens ou serviços é comercializável (e não para auto-consumo).

Os domínios de estudo para este inquérito são todos os distritos da ilha de São Tomé respetivamente Lembá, Lobata, Água Grande, Me Zochi, Cantagalo, Cauê e a RAP – Região autónoma do Príncipe.

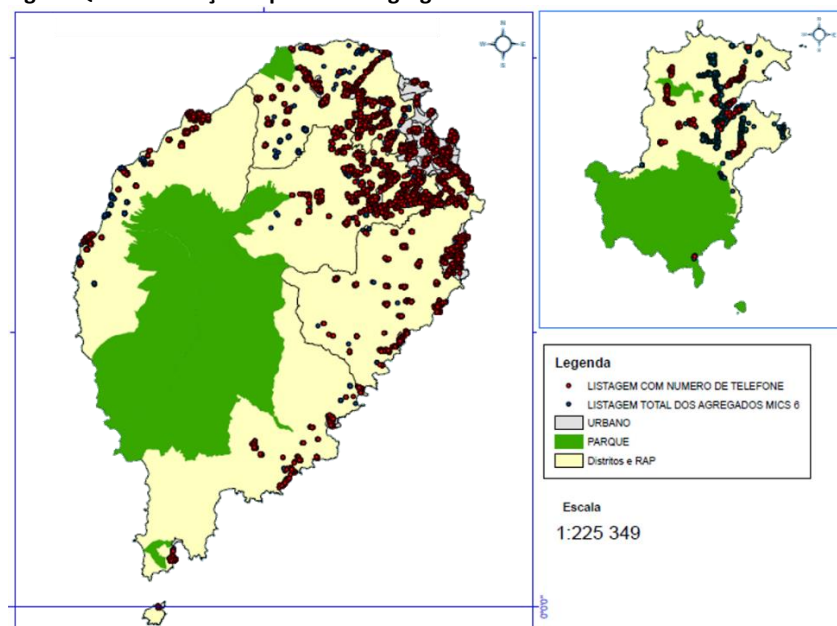
### **Quadro 1: Metodologia do Inquérito**

A pesquisa realizada por telefone monitora os impactos económicos e sociais e as respostas à pandemia da Covid-19 em empresas informais. O conjunto de dados final será disposto em um painel de cerca de 301 empresas que é representativo para áreas urbanas e rurais para respondentes com acesso a um telefone funcional.

A amostra do inquérito consiste em uma subamostra da *Multiple Indicator Cluster Surveys (MICS)*, um inquérito realizado pelo INE em colaboração com a UNICEF, no ano de 2019. Ou seja, estão presentes no Inquérito de Monitoramento Familiar (Household Monitoring Survey - HMS) os domicílios com acesso a um telefone, cobrindo áreas urbanas e rurais em todas as regiões de STP. O inquérito ligou para todos os domicílios com número de telefone válido na MICS, completando 1,025 entrevistas (413 em zonas rurais e 612 em zonas urbanas). Destas, 301 respondentes possuíam empresas informais.

Para mitigar os vieses de uma amostra que contém apenas agregados familiares detentores de telefones funcionais, foi realizado um procedimento de ajuste dos pesos amostrais pela metodologia de *Propensity Score Weighting (PSW)*. Após o procedimento, os resultados deste inquérito ficaram mais próximos da representatividade nacional de outros inquéritos realizados presencialmente, como o próprio MICS 2019.

**Figura Q1 - Distribuição Espacial dos Agregados do MICS 2019**



Informações gerais do 1º round do inquérito:

- Período: 26 de julho a 08 de agosto.
- Entrevistas completas: 295 famílias (136 rurais e 156 urbanas)
- Duração média da entrevista: 25 minutos

## 2. Resultados do Inquérito COVID-19

**Tabela 1.1 Impacto sobre negócio (%)**

		Aumento de vendas/serviços	Aumento de mão-de-obra	Aumento de clientes	Surgimento de novas oportunidades	Risco de falência	Tornei-me numa trabalhadora por contra de outro	Rendimento familiar diminui consideravelmente	Pobreza familiar aumentou bruscamente
<b>TOTAL</b>		4,4	0,9	2,5	3,7	46,1	35,9	47,1	49,4
<b>MEIO DE RESIDÊNCIA</b>	Urbano	2,0	1,0	1,2	0,5	54,7	40,5	54,7	50,4
	Rural	7,8	0,8	4,3	8,1	33,8	29,2	36,4	48,0

De acordo com a tabela 1.1, a pandemia teve um impacto mais negativo sobre o negócio das famílias do meio urbano. O risco de falência foi bastante superior para empresas urbanas onde chegou a 54,7%. No entanto, no meio rural ainda foi considerável

chegando aos 33,8%. O rendimento familiar diminuiu consideravelmente para mais de metade dos inquiridos no meio urbano (54,7%) e para mais de um terço dos inquiridos (36,4%) no meio rural. Metade das famílias no setor informal reportaram que o impacto sobre o negócio aumentou bruscamente a pobreza familiar (49,4%). Não se observam diferenças significativas entre os negócios com donos mulheres e os negócios com donos homens, os riscos de falência foram semelhantes bem como os impactos no rendimento e pobreza no agregado familiar.

Nem todas as empresas sofreram um impacto negativo – uma minoria reportou um aumento de vendas: 7,8% no meio rural e 2,0% no meio urbano. A análise da tabela 1.1 ressalta ainda que as novas oportunidades surgiram mais no meio rural do que no meio urbano (8,1% vs. 0,5%). Para além disso, cerca de 36% de pessoas que perderam o seu negócio tornaram-se trabalhadores por conta de outrem, com maior expressão para o meio urbano (40,5%).

<b>Tabela 1.2 Natureza do impacto no negócio (%)</b>									
	Se sim, qual é a natureza do impacto no seu negócio?								
		Obrigação de encerramento (pelas autoridades públicas)	Dificuldade em contactar fornecedores	Diminuição de frequência de clientes	Novos horários impostos pelo recolher obrigatório	Falta de mão-de-obra	Preço dos insumos, das matérias-primas ou das mercadorias demasiado elevado	Outro a especificar	Total
<b>MEIO DE RESIDÊNCIA</b>	Urbano	29,0	0,8	42,0	10,5	0,0	4,5	13,2	100,0
	Rural	17,9	3,0	53,5	8,3	1,3	3,5	12,6	100,0
	Total	24,5	1,7	46,7	9,6	0,5	4,1	12,9	100,0

A tabela 1.2 mostra os tipos de impacto nos negócios informais. Dentre estes, a diminuição da frequência de clientes foi o factor mais importante – reportado por 42% das empresas. A obrigação de encerramento e os novos horários impostos pelo recolher obrigatório foram as medidas com maior impacto negativo, sendo mencionadas por 29% e 10% dos entrevistados, respetivamente. O impacto da obrigação de encerramento das actividades foi mais acentuado no meio urbano, apresentando uma diferença de

aproximadamente 11 pontos percentuais em relação à área rural. A diminuição de frequência de clientes, por outro lado, foi mais frequente na área rural, também com uma diferença de aproximadamente 11 pontos percentuais.

<b>Tabela 2.1 Situação de volume de negócio (Vendas) (%)</b>				
		Em comparação com março de 2019 (ano passado), como evoluiu o seu volume de negócios (vendas) neste mês de março de 2020?		
		Diminuição	Aumento	Permaneceu
<b>TOTAL</b>		86,2	5,8	7,9
<b>MEIO DE RESIDÊNCIA</b>	Urbano	91,3	3,4	5,3
	Rural	79,4	9,1	11,4

No que diz respeito à situação de volume de negócio, 86,2% das empresas informais inquiridas relataram que as suas vendas diminuíram de março de 2019 a março de 2020. Esta percentagem é superior no meio urbano (91,3%) se comparada ao rural (79,4%). O aumento de vendas foi declarado por 9,1% das empresas rurais, frente a 3,4% das empresas urbanas.

<b>Tabela 2.2 Situação perante o volume de negócio (%)</b>				
		Em comparação com fevereiro de 2020, como evoluiu o seu volume de negócios em maio de 2020?		
		Diminuição	Aumento	Permaneceu
<b>TOTAL</b>		81,8	5,1	13,1
<b>MEIO DE RESIDÊNCIA</b>	Urbano	86,8	2,3	11,0
	Rural	75,1	9,0	15,8

Quando perguntados pela comparação do volume de negócios no período anterior e posterior à eclosão da pandemia, 81,8% das empresas informais declararam queda no volume de negócios. O impacto negativo foi menor em empresas da área rural quando comparadas às localizadas em área urbana (75,1% vs. 86,8%), sendo que para 9% delas esse período foi marcado pelo aumento do volume de negócios.

<b>Tabela 2.3 Situação perante o lucro (%)</b>				
		Em comparação com fevereiro de 2020, como evoluíram os seus lucros em maio de 2020?		
		Diminuição	Aumento	Permaneceu
<b>TOTAL</b>		84,4	3,8	11,9
<b>MEIO DE RESIDÊNCIA</b>	Urbano	88,8	1,2	9,9
	Rural	78,4	7,2	14,5

No que se refere à situação das empresas perante o lucro, constatou-se que comparando o mês de maio de 2020 e o mês de fevereiro do mesmo ano, 84.4% das empresas informais tiveram uma diminuição do lucro. Neste caso o impacto no lucro também foi menor para empresas rurais, com 7,2% a reportarem aumento dos ganhos neste período como ilustra a tabela 2.3.

<b>Tabela 2.4 Situação perante a procura de clientes (%)</b>				
		Em comparação com fevereiro de 2020, como evoluiu a procura da parte dos clientes em junho de 2020?		
		Diminuição	Aumento	Permaneceu
<b>TOTAL</b>		83,5	5,9	10,7
<b>MEIO DE RESIDÊNCIA</b>	Urbano	87,3	2,7	10,0
	Rural	78,3	10,0	11,6

A análise da tabela 2.4 mostra que 83,5% das empresas informais tiveram uma queda no número de clientes no período compreendido entre fevereiro e junho de 2020. Em um cenário muito semelhante aos mencionados acima, a diminuição de clientes foi mais gritante no meio urbano 87,3% em comparação ao meio rural que cifrou na ordem de 78,3%.

<b>Tabela 2.5 Situação perante a evolução dos custos de produtos (%)</b>				
		Em comparação com o mês de fevereiro de 2020, como evoluíram os custos dos seus produtos (matérias-primas que compra no mercado local para a sua atividade) em junho de 2020?		
		Diminuição	Aumento	Permaneceu
<b>TOTAL</b>		52,5	15,5	32,0
<b>MEIO DE RESIDÊNCIA</b>	Urbano	51,6	18,3	30,1
	Rural	53,8	11,8	34,5

Nesta tabela 2.5 observa-se que um pouco mais de metade das empresas, tanto o meio urbano como rural, reportam que os custos com os produtos diminuíram.

Por outro lado, no meio urbano, o aumento dos custos dos produtos foi declarado por 18,3% dos inquiridos no meio urbano (contra 11,3% no meio rural).

<b>Tabela 2.6 Situação perante o remuneração/rendimentos pago aos trabalhadores (%)</b>				
		Em comparação com fevereiro de 2020, como mudou a remuneração/rendimento pago aos trabalhadores em junho de 2020?		
		Diminuição	Aumento	Permaneceu
<b>TOTAL</b>		64,7	0,6	34,8
<b>MEIO DE RESIDÊNCIA</b>	Urbano	66,3	0,5	33,2
	Rural	62,4	0,7	36,8

Na tabela 2.6, comparando-se o rendimento pago aos trabalhadores nos meses de fevereiro e junho de 2020 observa-se que 66,3% das empresas do meio urbano declararam uma diminuição da remuneração paga, enquanto 33,2% afirmam que não houve mudança. Apenas 0,5% considera que houve um aumento da remuneração dos trabalhadores.

No meio rural, verifica-se a mesma lógica do meio urbano mas com quebras menos acentuadas. Houve diminuição da remuneração paga em cerca de 62,4% das empresas e a remuneração permaneceu constante em 36,8%. Esta diferença pode dever-se a incentivos distribuídos pelo governo através de programa *“Bámu ximía pá non bê kwá kumé”* que pretendeu estimular o trabalho na agricultura durante o confinamento de forma a manter a produção agrícola.



Tabela 3.1 Explicações sobre as mudanças nas actividades devido ao impacto de COVID-19 (%)																
MEIO DE RESIDÊNCIA		Por causa do recolher obrigatório	Falta de mão-de-obra	Dificuldade em obter insumos, mercadorias	Baixa procura da parte dos clientes	Preço dos insumos, matéria-prima demasiado elevado	Confinamento, sem abastecimento	Não há mais clientes para vender ou escoar os produtos, bens ou serviços	Diminuição de clientes (menos procura), queda nas vendas	Encerramento das escolas	Não há mais fornecedores	O encerramento das fronteiras	Decisão de encerrar estabelecimentos de alojamento e serviços de restauração	Não restam clientes suficientes para comprar	Início de uma nova actividade favorável no contexto do COVID-19 (Em caso afirmativo, especificar estas actividades)	Outro, especificar
	Total	40,8	5,8	9,4	32,7	4,7	1,7	8,6	13,5	5,2	3,9	3,5	6,2	9,7	1,5	4,6
	Urbano	52,4	8,2	10,8	35,1	6,7	2,6	10,5	15,9	5,5	0,8	3,6	9,9	12,8	1,0	3,2
	Rural	24,3	2,4	7,5	29,3	2,0	0,4	6,0	10,2	4,7	8,2	3,2	1,0	5,5	2,2	6,8

As razões por trás das alterações nas actividades das empresas informais devido às imposições do governo para mitigar o impacto da COVID-19 estão descritas na tabela 3.1. O toque de recolher obrigatório, foi mencionado por 40,8% dos entrevistados. Esta variável representa o efeito mais importante no conjunto das justificações. Seguidamente, a baixa procura por parte do cliente representa o segundo motivo mais relevante no processo de alteração das actividades sendo reportado por 32,7% das empresas.

As razões que menos impacto tiveram na mudança das actividades do sector informal foram o “Início de uma nova actividade favorável no contexto do COVID-19” e “Confinamento, sem abastecimento”, contribuindo com menos de 2% no agregado.

Os resultados são semelhantes para áreas rurais e urbanas, em termos das contribuições para tomada da decisão de mudança de actividade. Em geral, as actividades económicas predominantes variam conforme o meio de residência, no meio urbano as actividades dominantes são a prestação de serviço e o comércio, enquanto que no rural é a agricultura. Tal facto é importante na interpretação dos resultados aqui apresentados.

A opção “Não há mais fornecedores” é a única que inverte o sentido dos efeitos por meio de residência, com as empresas rurais a sentirem mais este problema. Isso ocorre, pois há casos em que existe apenas uma empresa que fornece determinado e específico produto ao sector, normalmente químicos ou rações. Em geral, a economia santomense tem maior actividade no meio urbano e as actividades deste meio apresentam maior variação quando há choques na actividade económica tal como se verifica na presente crise.

<b>Tabela 3.2 Explicações depois de COVID para não retoma das actividades (%)</b>					
		Em caso negativo, porquê?			
		Falta de liquidez (Acabaram-se os meios)	Perda de clientes	Desencorajamento	Perdeu as instalações, o espaço
<b>MEIO DE RESIDÊNCIA</b>	Urbano	36,9	40,2	10,8	12,2
	Rural	26,5	33,9	14,3	25,3
	Total	34,1	38,5	11,7	15,7

As razões mais fortes na decisão de não retomar as actividades são justificadas, sobretudo, pela contração da procura, e na falta de meios para financiar a retomada. Em termos comparativos, a diferença da contribuição para a não retomada das actividades justificadas pela falta de liquidez (meios) e a perda de clientes não são muito dispares, sendo informadas por 34,1% e 38,5% dos respondentes, respetivamente.

Outros aspetos relevantes são o desencorajamento 11,7 % e perda das instalações 15,7%. Este segundo, tem maior predominância no meio rural. Podemos assumir que os negócios do sector rural são empresas informais baseadas em produção agrícola realizada em terras doadas pelo estado e a perda das instalações representariam perdas dessas posses de terra.

Em todos os casos a maioria dos negócios informais espera retomar as actividades no período posterior à Covid-19. Importa referir que o desencorajamento no meio de residência urbano é menor, pois a expectativa de receita em centros urbanos é maior que na área rural.

<b>Tabela 4.1 Trabalhadores que conseguiram demonstrar que perderam o seu emprego devido a pandemia, que receberam o apoio monetário do estado ao longo de três meses (%)</b>		
	Nível de satisfação	Impacto sobre a actividade

		Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito	Muito positivo	Positivo	Negativo	Muito negativo
<b>MEIO DE RESIDÊNCIA</b>	Urbano	19,6	62,2	14,8	3,5	2,7	41,2	47,5	8,6
	Rural	18,6	62,8	16,7	1,9	10,8	62,5	19,0	7,7

Após os primeiros casos de COVID-19 em São Tomé e Príncipe e no seguimento das medidas tomadas pelo governo para limitar a propagação da doença, a natureza das dificuldades com impacto direto nas empresas manifesta-se principalmente através de uma queda do emprego. Este facto preocupa pois este sector é a principal fonte de rendimento e ocupação de muitos cidadãos.

As medidas adotadas pelo governo a fim de atenuar os efeitos da pandemia, tabela 4.1, tiveram impactos com diferença relevante quanto ao nível da satisfação. Mais de 81,6% do total dos inquiridos estão satisfeitos ou muito satisfeitos com as medidas adotadas e os restantes 18,6% estão insatisfeitos ou muito insatisfeitos. Em termos comparativos por meio de residência não há diferença estatística significativa do meio urbano relativamente ao rural aos indivíduos satisfeitos ou muito satisfeitos, sendo que essa diferença não é superior a 1%.

O impacto sobre a actividade apresenta uma perspectiva diferente, 56% dos inquiridos que perderam o seu emprego devido a pandemia consideram que as medidas tiveram um impacto muito positivo ou positivo, enquanto os outros 44% consideram o impacto negativo ou muito negativo. Supomos que essa diferença se deva ao facto dos trabalhadores informais não poderem demonstrar facilmente a perda do emprego e o processo de apoio ser lento.

Os resultados quanto ao meio de residência demonstram que as medidas tiveram maior aceitação no meio rural, onde 73,3% consideram que as medidas para atenuar o impacto sobre a actividade foram positivas ou muito positivas. No meio urbano essa proporção é de 43,9%.

<b>Tabela 4.2 A promoção da produção agrícola, denominada “Bámu ximía pá non bê kwá kumé” (%)</b>											
		Nível de satisfação					Impacto sobre a actividade				
		Total	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito	Total	Muito positivo	Positivo	Negativo	Muito negativo
<b>MEIO DE RESIDÊNCIA</b>	Total	100	33,1	59,4	6,5	1,1	100	13,8	63,1	17,1	6
	Urbano	100	33,8	56,5	8,2	1,4	100	13,4	55,2	23,5	7,9

	Rural	100	32,1	63,4	4	0,5	100	14,4	74,5	7,9	3,2
--	-------	-----	------	------	---	-----	-----	------	------	-----	-----

A tabela 4.2 apresenta resultados em termos de satisfação relativamente a um programa do governo de incentivo ao aumento de produção e consumo de produtos produzidos em São Tomé e Príncipe. O aumento de produção pode melhorar a oferta dos produtos agrícolas e a redução dos preços dos mesmos. Os trabalhadores informais consideram-se muito satisfeitos ou satisfeitos com este programa – 90,3%, 95,5% para o meio urbano e rural, respetivamente. Enquanto que ao nível de impacto sobre a actividade, o programa é visto como satisfatório ou muito satisfatório por 68,6% dos entrevistados residentes no meio urbano e 88,9% no meio rural. Tratando-se de uma política económica específica do sector agrícola, é esperado que os efeitos sejam verificados com maior intensidade neste sector. Em consequência, espera-se maior otimismo ou aceitação dos informais residentes no meio rural e maior pessimismo daqueles que residem em meio urbano.

<b>Tabela 5.1 Oportunidade de manter a sua actividade para limitar os riscos de encerramento (%)</b>						
		Percentagem de unidades que tem oportunidade de manter a sua actividade para limitar os riscos de encerramento	Através de que forma			
			Reorientação/reconversão/nova dinâmica	Readaptação/diversificação	Aproveitar as oportunidades de novos empregos no contexto da COVID-19	Melhoria das relações de colaboração com as empresas formais
<b>TOTAL</b>		68,6	14,1	20,8	29,9	31,0
<b>MEIO DE RESIDÊNCIA</b>	Urbano	73,1	13,0	19,1	31,0	32,4
	Rural	62,3	15,7	23,2	28,3	28,9

A tabela 5.1 olha para estratégias que possam limitar os riscos de encerramento, sendo que 68,6% das unidades inquiridas consideraram ter oportunidades para manter a sua actividade. O principal mecanismo revelado pelos inquiridos para limitar o encerramento está relacionado com a melhoria das relações com as empresas formais (31%). Quando o indicador é desagregado por meio de residência, o meio urbano apresenta maior tendência de colaboração com as empresas formais.

No mesmo sentido e também com mais expressão no meio urbano, aproveitar as oportunidade de novos empregos no contexto da Covid-19 foi mencionado por 29,9% dos

respondentes. As estratégias para limitar o encerramento das actividades denominadas “Reorientação” e “Readaptação” foram escolhidos por 14,1% e 20,8% dos entrevistados, respectivamente. Estas duas ultimas opções são dominantes no meio rural.

<i>Tabela 5.2 Oportunidades que surgiram com o aparecimento de pandemia (%)</i>										
		Higiene, saneamento dos espaços públicos	Limpeza, manutenção e saneamento nos mercados	Transporte especializado específico do contexto	Serviços de restauração em casa/por encomenda	Sensibilização e formação com base na comunidade	Empresas de serviços digitais	Turismo nacional	Medicina tradicional	Outros
<b>TOTAL</b>		51,7	47,5	28,3	36,7	51	67,9	28	33,8	5,3
<b>MEIO DE RESIDÊNCIA</b>	Urbano	54,7	49,3	22	32,1	48,7	67,8	23	28,8	5,6
	Rural	47,4	44,9	37,2	43,2	54,2	68,1	35,2	40,8	4,9

Durante a pandemia, uma crise única e bastante diferente das crises económicas habituais, também surgiram novas oportunidades de negócios. As oportunidades de negócio decorrentes do aparecimento da pandemia na tabela 5.2 apresentam resultados diferentes em relação às outras questões do inquérito, isto é, as possíveis oportunidades são específicas ou relacionadas com a crise sanitária. Mais da metade dos inquiridos vêem oportunidades em negócios do tipo de Higiene, saneamento dos espaços públicos, Sensibilização e formação com base na comunidade e Empresas de serviços digitais, 51,7%, 51% e 67,9% respetivamente. Estas oportunidades apresentam em média maior impacto no meio urbano. Por outro lado, novas oportunidades relacionadas com turismo nacional e transporte foram aquelas reportadas com menos frequência, 28% e 28,3%, respetivamente.

## Conclusão

O impacto negativo da pandemia de Covid-19 sobre os negócios aumentou a pobreza para cerca de 50% das famílias no setor informal sendo que a diminuição de frequência de clientes

e obrigação de encerramento e novos horários impostos pelas autoridades públicas foram as medidas que tiveram maior impacto nos negócios informais das famílias.

A redução de volume de negócio, número de clientes e lucro foi sentida por todo o país significativamente, mas todos esses efeitos foram mais fortes nas zonas urbanas. O mesmo aconteceu em relação a reduções no rendimento pago aos trabalhadores.

A principal razão por trás das alterações nas actividades das empresas informais devido às imposições do governo para mitigar o impacto da COVID-19 foi o toque de recolher obrigatório (mencionado por 40,8% dos entrevistados). Seguidamente, a baixa procura por parte do cliente representa o segundo motivo mais relevante no processo de alteração das actividades sendo reportado por 32,7% das empresas.

A maioria dos negócios informais espera retomar as actividades no período posterior à Covid-19 sendo que o desencorajamento no meio de residência urbano é menor. As razões mais fortes para a decisão de não retoma das actividades são a contração da procura e a falta de meios para financiar a retomada.

## Anexo

<b>Tabela A1</b>												
Domínio do Estudo <sup>1</sup>	Estrato	Código dos Estratos	Efetivo do Área de Enumeração (AE) em 2012	Efetivo do AE (AF) em 2012	Efetivo do Agregado Familiar (AF) em 2012	Proporção do AF no interior do domínio do estudo	Proporção do Efetivo do domínio de estudo por total do Agregado familiar (AF)	Efetivo do AE a extrair por estrato e domínio do estudo	Efetivo de AE ajustado	AF ajustado à inquirir por estrato e domínio do estudo	Proporção do efetivo de empresas informais por total estrato de domínio de estudo	Efetivo das empresas informais a extrair ajustado ao total estrato de domínio de estudo
Água Grande	Água Grande	1	151	1,00	17494	1,00	0,39	8,00	8	200	1,00	43
Mé-Zóchi	Urbano	2	33	0,42	3725	0,35	0,08	3,38	3	75	0,38	16
	Rural	3	45	0,58	7062	0,65	0,16	4,62	5	125	0,63	27
Sous-Total			78	1,00	10787	1,00	0,24	8,00	8	200	1,00	43
Cantagalo	Urbano	4	20	0,69	2486	0,57	0,06	5,52	6	150	0,75	32
	Rural	5	9	0,31	1872	0,43	0,04	2,48	2	50	0,25	11
Sous-Total			29	1,00	4358	1,00	0,10	8,00	8	200	1,00	43
Caué	Urbano	6	9	0,64	827	0,57	0,02	5,14	5	125	0,63	27
	Rural	7	5	0,36	614	0,43	0,01	2,86	3	75	0,38	16
Sous-Total			14	1,00	1441	1,00	0,03	8,00	8	200	1,00	43
Lembá	Urbano	8	17	0,77	2299	0,66	0,05	6,18	6	150	0,75	32
	Rural	9	5	0,23	1205	0,34	0,03	1,82	2	50	0,25	11
Sous-Total			22	1,00	3504	1,00	0,08	8,00	8	200	1,00	43
Lobata	Urbano	10	14	0,47	1866	0,38	0,04	3,73	4	100	0,50	22
	Rural	11	16	0,53	3080	0,62	0,07	4,27	4	100	0,50	22
Sous-Total			30	1,00	4946	1,00	0,11	8,00	8	200	1,00	43
R. A. Príncipe	Urbano	12	5	0,45	695	0,35	0,02	3,64	4	100	0,50	22
	Rural	13	6	0,55	1304	0,65	0,03	4,36	4	100	0,50	22
Sous-Total			11	1,00	1999	1,00	0,04	8,00	8	200	1,00	43
Total Geral			335	1,00	44529	1,00	1,00	56	56	1400	1,00	301
Urbano			249	0,74	29 392	0,66		42	42	1041		194
Rural			86	0,26	15 137	0,34		14	14	359		108

